

Condicionantes de Escolarização no Paraná*

Conditions of Schooling in Paraná

Condicionantes de la Escolarización en Paraná

Leonildo Pereira de Souza**

RESUMO

A proposta deste trabalho é contribuir com indicações de intervenções voltadas à aceleração nos ganhos de anos de estudo, e, correspondentemente, da escolaridade média da população paranaense até o ano de 2035. Para esse exercício, além do indicador de referência “número médio de anos de estudo”, foram elencados outros indicadores, cuja abordagem expressa aspectos quantitativos e qualitativos da educação básica e, ainda, tangencia atributos indispensáveis ao alcance do cenário de desenvolvimento prospectado. A melhoria do quadro de escolaridade da população paranaense exige mecanismos que possam garantir a permanência dos estudantes dentro do sistema da educação básica, além de atrair aqueles evadidos para que concluam as etapas, e, conseqüentemente, tenham incentivada a sua continuidade no nível superior de ensino.

Palavras-chave: População. Escolaridade. Indicadores. Aprendizagem. Paraná.

ABSTRACT

The purpose of this study is to contribute with indications of interventions aimed at accelerating the gains in years of study, and, correspondingly, the average schooling of the population of Paraná until the year 2035. For this exercise, in addition to the reference indicator “average number of years of study”, other indicators were listed, whose approach expresses quantitative and qualitative aspects of elementary education and also sheds light on essential attributes for the reaching of the prospected forward scenario. The improvement of the educational framework of the population requires mechanisms that could ensure the permanence of students within the basic education system, in addition to attracting those evaded to complete the stages, and, consequently, encouraging their continuity in higher education.

Keywords: Population. Education. Indicators. Learning. Paraná.

* O autor agradece as contribuições de Paulo Roberto Delgado e de Daniel Nojima.

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: leosouza@ipardes.pr.gov.br

RESUMEN

La propuesta de este trabajo es contribuir con indicaciones de intervenciones volcadas a la aceleración en los aumentos de años de estudio, y, correspondientemente, de la escolaridad media de la población paranaense hasta el año 2035. Para ese ejercicio, además del indicador de referencia “número medio de años de estudio”, se enumeraron otros indicadores, cuyo enfoque expresa aspectos cuantitativos y cualitativos de la educación básica y, todavía, tangencia atributos indispensables al alcance del escenario de desarrollo prospectado. La mejora del marco de escolaridad de la población paranaense exige mecanismos que puedan garantizar la permanencia de los estudiantes dentro del sistema de la educación básica, además de atraer aquellos evadidos para que concluyan las etapas, y, por consiguiente, hayan fomentado su continuidad en el nivel educativo superior.

Palabras clave: Población. Escolaridad. Indicadores. Aprendizaje. Paraná.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas, em geral, são marcadas por desafios. Nesse sentido, a área de educação pode ser considerada como estratégica por ser o canal onde transita parte significativa das potenciais resoluções dos problemas socioeconômicos vigentes.

Contemporaneamente, existe um entendimento bastante aceito na academia e difundido na sociedade de que a educação, como aspecto chave de desenvolvimento do capital humano, produz impactos positivos diretos sobre o crescimento econômico e a redução das desigualdades, uma vez que a transferência formal e regular de conhecimento institucionalizado, de maneira quantitativa e qualitativamente universalizada, promove tanto a potencialização da geração de valor agregado em produtos e tecnologias no mundo do trabalho, como o exercício da cidadania, alavancando a equidade social. De modo que a transversalidade do nível de instrução na população consiste em uma das estratégias mais importantes para se operacionalizar resultados e mensurar reflexos na economia e na sociedade. Este reconhecimento da dimensão educação enquanto componente de efeito na mobilidade ocupacional e social dos estratos populacionais também atua, em alguma medida, como mecanismo indutor para o enfrentamento dos desafios encontrados no ensino público na atualidade, estando, entre eles, o de elevar a escolaridade média das pessoas.

Nessa direção, no Paraná, ainda que seja necessário reconhecer avanços expressivos, como a ampliação do acesso educacional experimentada nas décadas recentes, problemas importantes persistem, como a manutenção da taxa de analfabetismo, o considerável percentual de estudantes com desempenho insuficiente em testes de proficiência e, sobretudo no ensino médio, a reprovação e a evasão escolar – muitas vezes empurrando jovens para o ingresso precoce e precário no trabalho em empregos subqualificados, ou para situações de risco e vulnerabilidade social.

A proposta deste trabalho é a de colaborar com indicações acerca de intervenções que podem aprimorar o desempenho no ganho de anos de estudo da população paranaense. Tendo em vista o objetivo de se elevar a escolaridade média do Estado até o ano de 2035, faz-se necessário considerar variáveis que contribuam para impulsionar de modo sustentado esse movimento desejado de melhoria, bem como para monitorá-lo e mensurá-lo. Para esse exercício, além do indicador de referência “número médio de anos de estudo”, foram elencados outros indicadores, cuja abordagem expressa aspectos quantitativos e qualitativos da educação básica e tangencia atributos indispensáveis para colaborar com o alcance do cenário de desenvolvimento prospectado.

1 NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO

A escolaridade média¹ das pessoas de 25 anos e mais, no Paraná, registrou trajetória ascendente nas últimas décadas (gráfico 1). Foi um acréscimo sustentável de formação, impulsionado pela inclusão massiva de indivíduos no sistema escolar, notadamente no ensino fundamental. A partir da universalização dessa etapa de ensino, buscou-se a ampliação do acesso e da permanência no ensino médio, momento em que a intensidade do movimento não manteve o retrospecto passado.

Assim, refletindo o acesso à educação, a escolaridade média da população paranaense foi ampliada de modo constante, porém com diferenças no ritmo de crescimento. Devido ao atraso na expansão massiva da educação básica no País e no Estado, diferenças acabam permanecendo, com alguma disparidade entre grupos etários e sociais. Nesse sentido, atualmente, indivíduos mais jovens, mulheres e pessoas brancas apresentam anos de escolarização formal acima dos encontrados no conjunto da população de 25 anos e mais (tabelas 1 e 2). Tais dados, que demonstram empiricamente as desigualdades existentes, apontam também que somente a oferta de bancos escolares, isoladamente, não iguala as oportunidades de aperfeiçoamento dos diferentes setores que compõem a sociedade.

Especificamente, interessa notar o patamar encontrado entre as pessoas de 25 anos e mais, por se tratar de recorte etário no qual, em tese, os ciclos da educação básica e mesmo do ensino superior poderiam estar concluídos. No ano de 2019, neste extrato, tinha-se 9,5 anos em média de escolaridade², ou seja, um número de anos levemente superior à configuração atual da etapa do ensino fundamental completo. Ressalta-se que, em grande parte, esse extrato etário carrega e é afetado pelo histórico de baixa escolaridade presente no grupo de idosos.

De modo ideal, deseja-se que a escolaridade se eleve a um patamar acima de 12 anos de estudo, no intuito de que, com isso, se conclua pelo menos o ciclo da educação básica. Em linha, desse modo, com o preconizado pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 (INEP, 2015), que em sua Meta 8 almeja elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo, além de buscar igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Estudos realizados no âmbito do IPARDES, baseados em séries temporais de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), apresentaram perspectivas para a população de 25 anos ou mais de que, mantidas as atuais condições, a tendência seja de que o Paraná alcance, até o ano de 2035, a média de 11,7 anos de estudo (gráfico 2), podendo oscilar dentro de um intervalo de 11,0 a 12,4 anos (IPARDES, 2022).

¹ Considerando o padrão de oito séries para a etapa do ensino fundamental. A Lei nº 11.274, de 2006 ampliou para nove séries de duração e prazo de implantação até 2010.

² Considerando o ensino fundamental ajustado para nove séries.

GRÁFICO 1 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 25 ANOS E MAIS - PARANÁ - 1981-2014



FONTE: IPEADATA

TABELA 1 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS, POR SEXO E GRUPO DE IDADE - PARANÁ - 2016-2019

SEXO	GRUPO DE IDADE	ANO			
		2016	2017	2018	2019
Total	15 anos ou mais	9,4	9,5	9,6	9,8
	15 a 17 anos	9,3	9,4	9,4	9,5
	18 a 24 anos	11,4	11,5	11,7	11,8
	25 anos ou mais	9,1	9,2	9,3	9,5
	25 a 39 anos	11,3	11,4	11,6	11,8
	40 a 59 anos	9	9,1	9,3	9,6
	60 anos ou mais	5,8	6	6,1	6,5
	15 anos ou mais	9,3	9,4	9,5	9,7
	15 a 17 anos	9	9,1	9,1	9,2
	18 a 24 anos	10,9	11,1	11,3	11,4
Homens	25 anos ou mais	9	9,1	9,3	9,5
	25 a 39 anos	11	11,1	11,4	11,4
	40 a 59 anos	8,8	8,9	9,1	9,4
	60 anos ou mais	6,1	6,3	6,3	6,8
	15 anos ou mais	9,5	9,6	9,7	9,9
	15 a 17 anos	9,6	9,8	9,7	9,8
	18 a 24 anos	12	12	12	12,3
	25 anos ou mais	9,1	9,2	9,3	9,6
	25 a 39 anos	11,6	11,7	11,9	12,1
	40 a 59 anos	9,1	9,3	9,4	9,8
Mulheres	60 anos ou mais	5,6	5,8	5,9	6,3

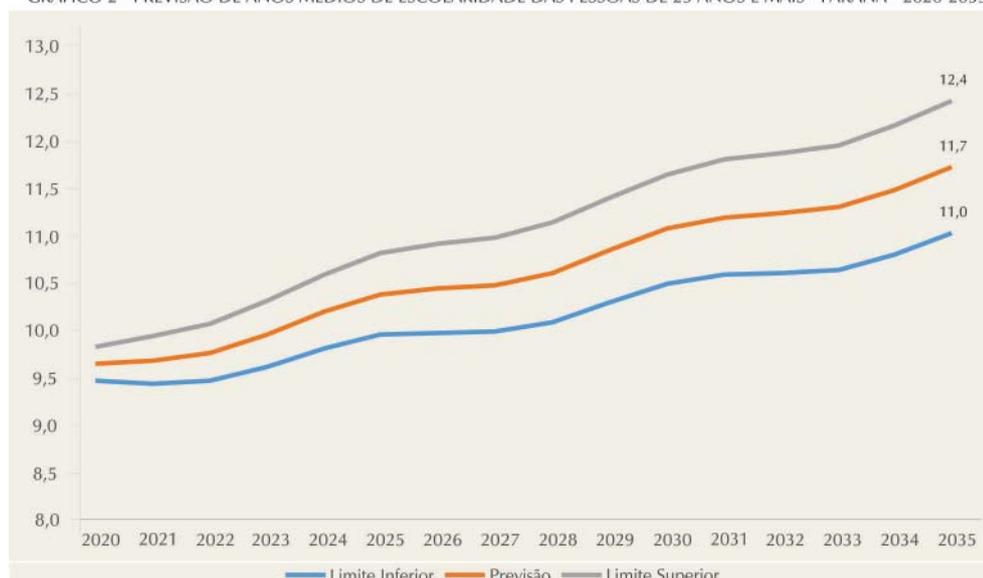
FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual

TABELA 2 - NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS, POR COR OU RAÇA E GRUPO DE IDADE - PARANÁ - 2016-2019

COR OU RAÇA	GRUPO DE IDADE	ANO			
		2016	2017	2018	2019
Branca	15 anos ou mais	9,9	10	10,1	10,4
	15 a 17 anos	9,5	9,6	9,6	9,8
	18 a 24 anos	11,9	11,9	12,2	12,3
	25 anos ou mais	9,6	9,7	9,9	10,2
	25 a 39 anos	11,9	12	12,2	12,3
	40 a 59 anos	9,6	9,8	10	10,4
	60 anos ou mais	6,5	6,6	6,7	7,2
	15 anos ou mais	8,1	8,3	8,5	8,7
	15 a 17 anos	8,8	9,1	9	9,1
	18 a 24 anos	10,6	10,8	10,8	11,1
Preta ou parda	25 anos ou mais	7,6	7,8	8	8,2
	25 a 39 anos	10	10,3	10,4	10,7
	40 a 59 anos	7,4	7,5	7,7	8
	60 anos ou mais	3,7	4,1	4,3	4,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual

GRÁFICO 2 - PREVISÃO DE ANOS MÉDIOS DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 25 ANOS E MAIS - PARANÁ - 2020-2035



FONTES: IPARDES (2022)

De certo modo, as desigualdades evidenciadas nas tabelas 1 e 2, particularmente em relação aos grupos etários, refletem o atraso secular que marcou a expansão massiva da educação básica no Brasil,³ com os grupos etários de maior idade apresentando baixo nível de escolarização. Uma questão que se coloca, então, é se o padrão de desigualdade vem se mantendo entre os jovens, após o término do ciclo de escolarização básica, uma vez que esse padrão condicionará as possibilidades de os jovens se inserirem no mercado de trabalho.

Para verificar os resultados recentes em termos de escolarização, apresentam-se, na tabela 3, alguns indicadores para o grupo etário de 25 a 29 anos de idade. A definição deste grupo como referência decorre do fato demonstrado por Barros (2021) de que a partir dos 25 anos pouco se altera a taxa de conclusão da educação básica, podendo-se tomar o padrão de escolaridade deste grupo como indicativo do alcance das trajetórias escolares entre os jovens.

O indicador 'anos de estudo' permite constatar o avanço na escolarização da população jovem. Entre 2001 e 2019 houve um aumento de três anos na média de anos de estudo deste grupo etário, alcançando, neste último ano, o valor de 12,04 anos, o que permite afirmar que este grupo encerra sua trajetória escolar com os 12 anos preconizados na Meta 8 do Plano Nacional de Educação.

³ No Brasil, apenas no início da década de 1970 se estabeleceu o ensino fundamental de oito anos, com a universalização do acesso a essa etapa se consolidando mais de duas décadas depois.

Entretanto, quando se observa a taxa de conclusão das etapas do ensino fundamental e médio, verifica-se que, em 2019, um número importante dos jovens não as tinha concluído: 12,2% não finalizaram o fundamental e 29,9% encerraram a trajetória sem concluir o ensino médio.

TABELA 3 - ANOS MÉDIOS DE ESTUDO E TAXA DE CONCLUINTE DAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA REFERENTES À POPULAÇÃO DE 25 A 29 ANOS DE IDADE - PARANÁ - 2001 A 2019

ANO	ANOS MÉDIOS DE ESTUDO	TAXA DE CONCLUINTE (%)	
		Ensino Fundamental	Ensino Médio
2001	9,04	58,4	38,8
2002	9,30	60,6	41,6
2003	9,69	65,5	45,2
2004	9,84	66,7	48,7
2005	10,22	69,6	52,4
2006	10,49	74,6	54,7
2007	10,48	73,6	56,4
2008	10,86	78,6	58,4
2009	11,03	80,2	60,3
2010	-	-	-
2011	11,10	82,5	62,7
2012	11,57	85,0	67,0
2013	11,48	85,2	65,7
2014	11,61	87,1	66,8
2015	11,72	85,8	69,0
2016	11,80	87,0	69,4
2017	11,82	86,6	68,2
2018	11,85	85,3	68,6
2019	12,04	87,8	70,1

FONTES: IBGE: PNAD (2001/2015), PNAD Contínua (2016/2019)

NOTAS: Para o período 2001-2015 o padrão de escolaridade foi ajustado considerando 9 anos de estudos, de modo a compatibilizar com o padrão vigente na PNAD Contínua.

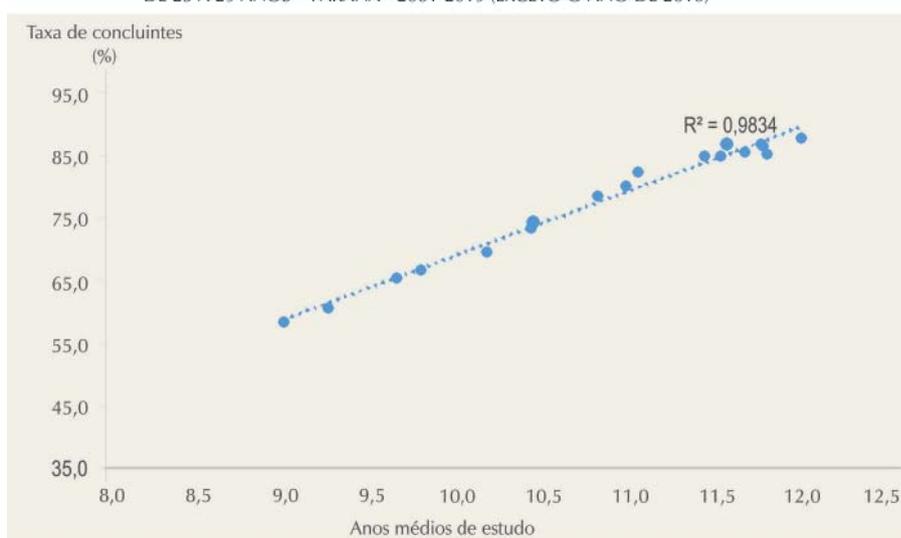
Sem dado para 2010, pois a PNAD não era realizada em anos censitários.

Mas o impacto dessa desigualdade quanto ao nível de escolaridade é maior do que o revelado pela taxa de concluintes da educação básica. Ao se diferenciar o grupo etário de 25 a 29 anos conforme a conclusão ou não do ensino médio, verifica-se que aqueles que não o concluíram encerram sua trajetória escolar com apenas 8,26 anos médios de estudos; por outro lado, os concluintes desta etapa alcançam o nível de 13,65 anos de estudo, uma vez que parte deles prossegue sua trajetória até o ensino superior. Em média, o que se verifica é que, entre os concluintes do ensino médio e os que não o concluíram, há ainda um diferencial de mais de cinco anos de escolaridade ao término da trajetória escolar⁴, revelando um importante desafio ao sistema educacional no Paraná.

⁴ Barros (2021) estimou vários impactos decorrentes da não conclusão do ensino médio para os jovens e para a sociedade brasileira. Um deles, que incide diretamente sobre os indivíduos, evidencia que “por ano de escolaridade a menos que alcançam, cada jovem que não chega a concluir a educação básica perde em média 11% do valor presente de sua remuneração do trabalho”.

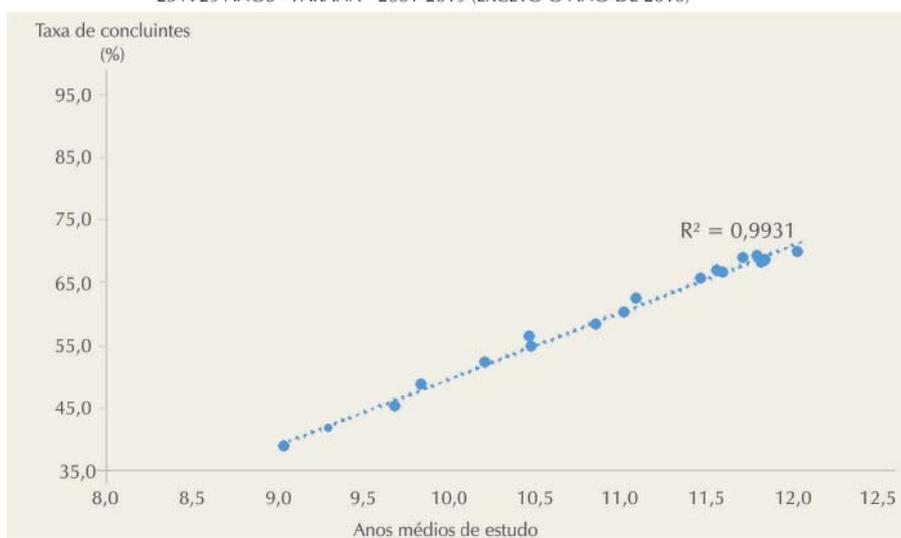
É possível observar, na tabela 3, que os indicadores têm trajetórias similares, uma vez que os mesmos são formas diferentes de expressar a realização escolar. Esta associação entre os padrões de conclusão e anos médios de estudo da população pode ser mais bem apreendida por meio dos gráficos de dispersão 3 e 4, que evidenciam a alta correlação entre as respectivas variáveis.

GRÁFICO 3 - TAXA DE CONCLUINTES NO ENSINO FUNDAMENTAL E ANOS MÉDIOS DA POPULAÇÃO DE 25 A 29 ANOS - PARANÁ - 2001-2019 (EXCETO O ANO DE 2010)



FONTE: IPARDES

GRÁFICO 4 - TAXA DE CONCLUINTES NO ENSINO MÉDIO E ANOS MÉDIOS DA POPULAÇÃO DE 25 A 29 ANOS - PARANÁ - 2001-2019 (EXCETO O ANO DE 2010)



FONTE: IPARDES

Estas regularidades permitem a realização de um exercício, ainda que em caráter exploratório, sobre o efeito potencial implícito da elevação das taxas de conclusão sobre os anos de estudo da população, restringindo as elaborações para o grupo de 25 a 29 anos – por se tratar de público-alvo em momento presente e a ser observado com vistas a efeito de políticas com alcance de curto a médio prazo. Nesses casos, o quadro 1, a seguir, indica ganhos relevantes à medida que se amplia o percentual de conclusão efetiva no ensino básico, em cada uma de suas etapas, devendo-se notar que os efeitos em termos de anos alcançados não são cumulativos. No fundo, os ganhos observados no ensino fundamental implicam elevações subsequentes na conclusão do ensino médio e no ensino superior.

Assim, ampliar em 15 pontos percentuais a taxa de conclusão no ensino médio, elevando-a para 85%, propiciaria o aumento de 1,4 anos na escolaridade média deste segmento populacional, quase a metade do avanço verificado entre 2001 e 2019, conforme mostra a tabela 3. Por sua vez, a obtenção da efetiva universalização do ensino médio (taxa de conclusão de 100%) resultaria em 2,8 anos adicionais, cobrindo mais da metade do diferencial existente entre concluintes e não concluintes desta etapa da educação básica; o diferencial que persiste decorreria de avanço no ensino superior.

QUADRO 1 - ESTIMATIVA DE GANHO EM ANOS MÉDIOS DE ESCOLARIDADE NO PARANÁ

TAXA DE CONCLUSÃO (%)	ANOS MÉDIOS DE ESTUDO (AME)	
	População de 25 a 29 anos	
	Anos	Δ Anos (com base em 2019)
Ensino fundamental ⁽¹⁾ (TCEF)		
90,0 (próximo do valor em 2.019)	12,0	-
95,0	12,5	0,5
100,0	13,0	0,9
Ensino médio ⁽²⁾ (TECM)		
70,0 (próximo do valor em 2.019)	11,9	-
85,0	13,3	1,4
100,0	14,7	2,8

FONTE: IPARDES

(1) Resulta de regressão por mínimos quadrados ordinários com correção de heterocedasticidade:

$$\underline{AME(2529) = 3,56 + 0,0941 * TCEF(25-29)}$$

(0,124) (0,00188)

Número de períodos: 18, R-quadrado = 0,994, erros padrão entre parênteses.

(2) Resulta de regressão por mínimos quadrados ordinários com correção de heterocedasticidade:

$$\underline{AME(25-29) = 5,42 + 0,0925 * TCEM(25-29)}$$

(0,116) (0,00196)

Número de períodos: 18, R-quadrado = 0,993, erros padrão entre parênteses.

2 INDICADORES EDUCACIONAIS E APRENDIZAGEM

Exercícios realizados com modelos de regressão (IPARDES, 2022) demonstraram algumas variáveis que influenciam o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

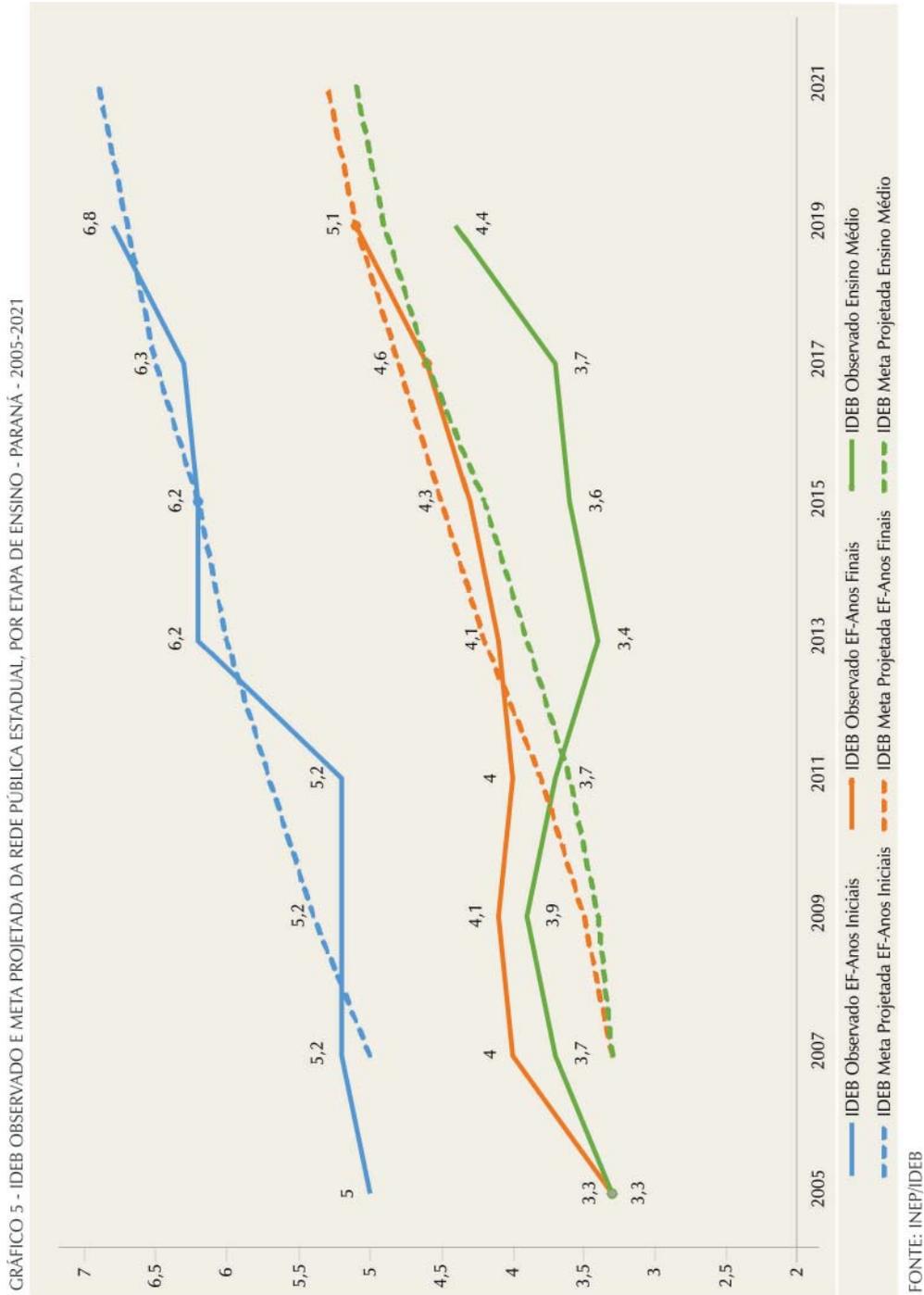
O IDEB procura mensurar, a cada dois anos, a qualidade do ensino a partir da performance registrada pelos alunos em termos de avaliação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a aprovação, ao final do ano escolar, na respectiva série em que o aluno se encontra matriculado.

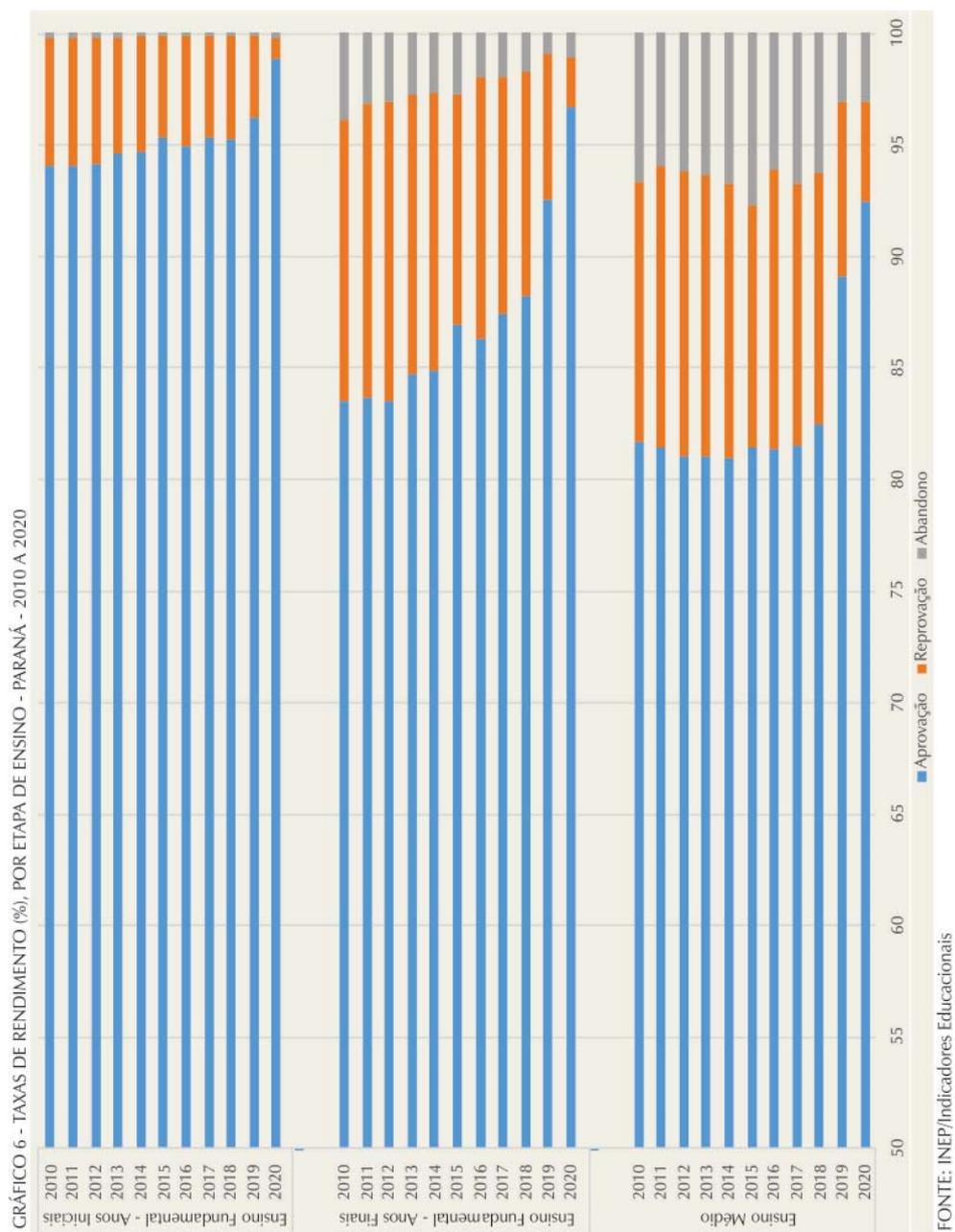
No que tange à rede pública estadual do Paraná, a nota do IDEB apresenta retrospecto que aponta redução da performance em termos de notas atingidas conforme o avanço nas etapas de ensino, estando cada uma delas em situações distintas em relação às metas previamente determinadas. Assim, observa-se, na série histórica com resultados disponíveis, que os anos iniciais do ensino fundamental oscilam em torno das metas projetadas, aparecendo na edição de 2019 acima da meta. Já os anos finais do ensino fundamental, depois de várias edições com performance estagnada, passaram a apresentar inflexão ascendente a ponto de atingir a meta prevista na avaliação de 2019. Por sua vez, o ensino médio, apesar de iniciar com atuação acima da meta, perde desempenho, na sequência, para, ao final, recuperar-se e encerrar a série com sua nota mais alta, porém bastante abaixo da meta estabelecida, além de registrar a menor nota entre as etapas de ensino avaliadas.

Parte da melhoria da nota registrada pelas três etapas de ensino na edição de 2019 do Índice deu-se em virtude do aumento das taxas de aprovação nas séries escolares. Tais taxas apresentavam tendência contínua de avanço que se acelerou fortemente nos últimos anos (gráfico 6). Em menor ritmo ocorreram os ganhos em termos de pontuação nos exames cognitivos. Por exemplo, no nível médio, em Matemática, ocorreu entre as duas últimas edições publicadas do SAEB um ganho médio de apenas 11,88 pontos – 280,57 pontos em 2019 ante 268,69 em 2017 – em uma escala que vai até 425 pontos.

De modo geral, as taxas de aprovação apresentam comportamento em que se reduzem os percentuais globais atingidos conforme ocorre a progressão no sistema educacional, de tal modo que são maiores nos anos iniciais do ensino fundamental e menores no ensino médio. Ainda assim, verifica-se que as taxas de aprovação possuem patamares bastante elevados nas três etapas da educação básica, superiores a 90%, ao final da série histórica observada.

Com isso, embora ainda exista margem para atuação de aumento na aprovação, evidencia-se que para o futuro essas taxas possuem pouco espaço para causar efeitos positivos de incremento no desempenho do IDEB da rede pública estadual paranaense.





Por outro lado, as notas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática possuem um amplo campo para melhoria. Os níveis de proficiência das disciplinas em cada etapa de ensino possuem sua própria escala, sendo a proficiência a capacidade para realizar determinada tarefa ou exercício, demonstrando domínio ou aptidão na respectiva área do conhecimento.

De modo geral, no Paraná, no exame de 2019, o nível mais avançado de proficiência é alcançado por um percentual reduzido de estudantes, sendo atingido em proporções levemente maiores na disciplina de Língua Portuguesa. E, à medida que ocorre a progressão no sistema educacional, os níveis mais básicos de proficiência vão ganhando participação na distribuição. Isto é, alunos deixam de adquirir ou acumular novas habilidades referentes aos níveis posteriores. Destaca-se que, ao final do ensino médio, a proporção de estudantes com nível zero de proficiência em Matemática, ou seja, que não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar, é praticamente o dobro da registrada ao final do ensino fundamental (gráfico 7).

Ainda com base nos resultados do estudo realizado por IPARDES (2022), foram testadas algumas variáveis independentes com o intuito de se encontrar efeitos positivos, com significância estatística e de magnitude, na nota do IDEB.

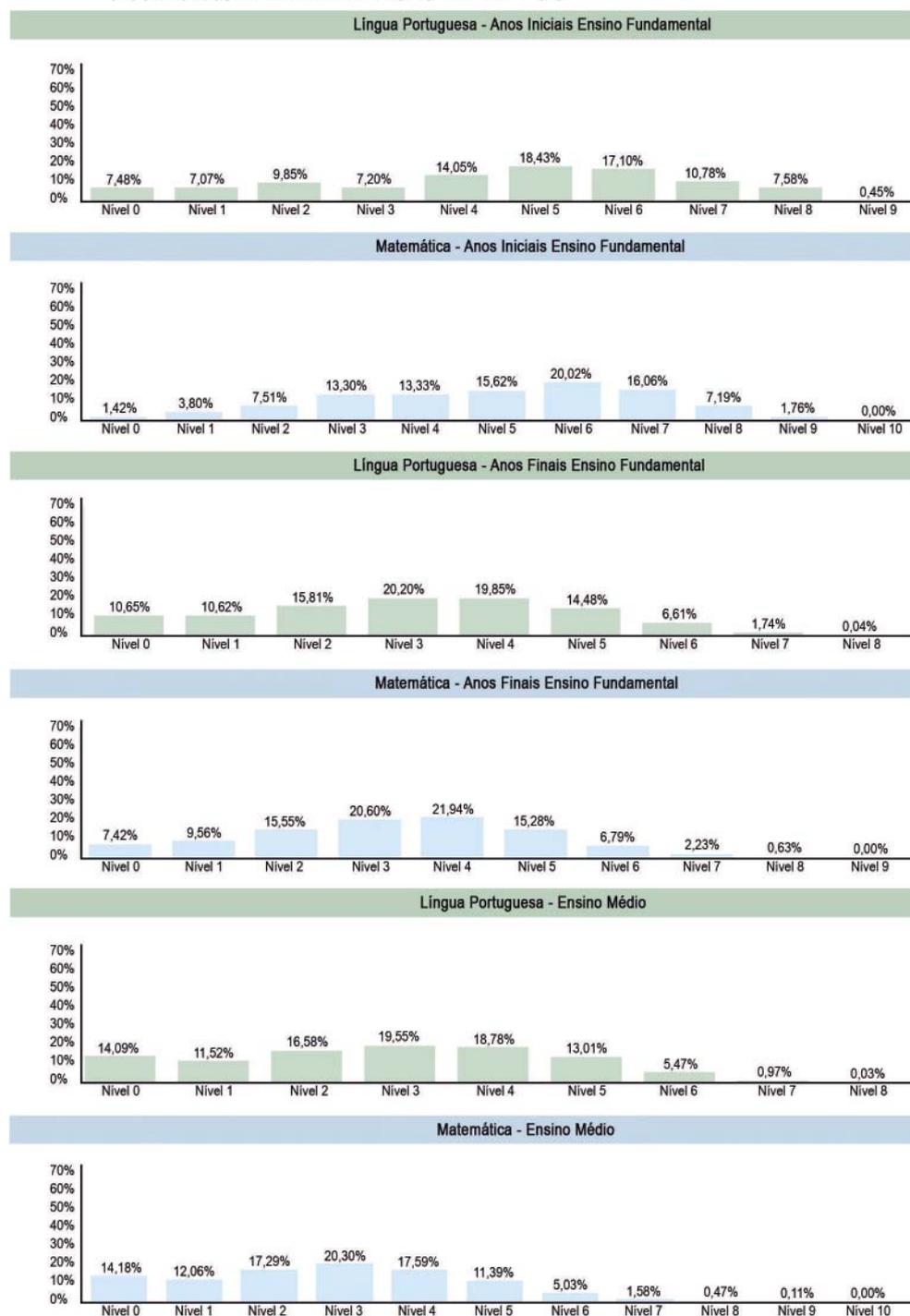
Com isso, observou-se que escolas com maiores proporções de docentes sem ensino superior possuem desempenho inferior no IDEB do ensino fundamental, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais. Do mesmo modo, escolas com taxa de distorção idade-série mais elevada também apresentam menor desempenho no Índice dessas etapas de ensino, em relação à média do município em que se localizam. Já no ensino médio, diferentemente, observou-se como ponto mais relevante que o tamanho das turmas acima da média estadual, bem como o menor nível socioeconômico⁵ dos alunos, tendem a impactar negativamente no desempenho dos estudantes.

Em relação aos professores com ensino superior, o Plano Nacional de Educação visa garantir, via Meta 15, que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Verificando-se a evolução desde o ano de implantação do PNE, constata-se que na rede estadual de ensino do Paraná, mesmo com um incremento ocorrido de 16 pontos percentuais, o maior gargalo encontra-se nos anos iniciais do ensino fundamental (gráfico 8).

⁵ Indicador de Nível Socioeconômico do SAEB 2019 (INSE). Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/indicador_nivel_socioeconomico_saeb_2019_nota_tecnica.pdf.

GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA, SEGUNDO DISCIPLINA E ETAPA DE ENSINO - PARANÁ - 2019



FONTE: INEP/SAEB

GRÁFICO 8 - PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM - REDE ESTADUAL - PARANÁ - 2014-2021

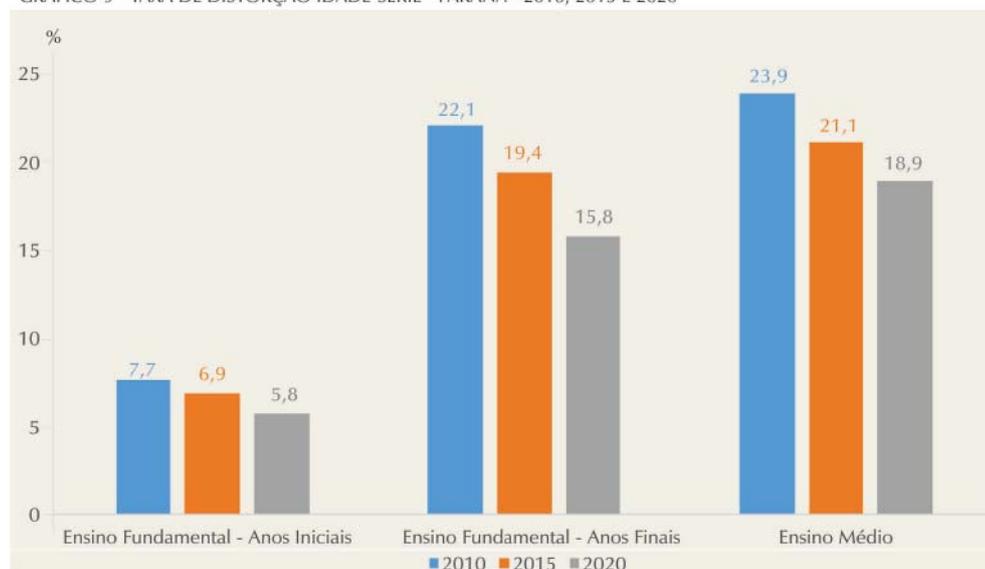


FONTE: INEP/Censo Escolar da Educação Básica

No início da série observada, os anos finais do ensino fundamental possuíam a melhor posição no indicador de formação docente adequada, porém esta colocação passou a ser das docências localizadas no ensino médio, permanecendo estacionada, contudo, nos três últimos levantamentos do período. De qualquer modo, todas as etapas ainda possuem espaço para que a Meta estabelecida pelo PNE seja cumprida em sua totalidade, proporcionando, assim, ganhos diretos de qualidade do ensino e de rendimento nas avaliações cognitivas externas padronizadas, como são os casos do SAEB e do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Já quanto à taxa de distorção idade-série, embora tenha apresentado efeito positivo mais associado ao desempenho do ensino fundamental, é no ensino médio que se encontra em patamar mais elevado (gráfico 9). Uma hipótese a ser testada aqui diz respeito à intensidade com que o atraso na diferença de idade no ensino fundamental constitui motivo de maior desconforto ou constrangimento entre os alunos, afetando, assim, o seu aproveitamento em sala de aula. De todo modo, este é um indicador que apresenta tendência de melhoria, com seus percentuais registrando trajetória de redução.

GRÁFICO 9 - TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - PARANÁ - 2010, 2015 E 2020

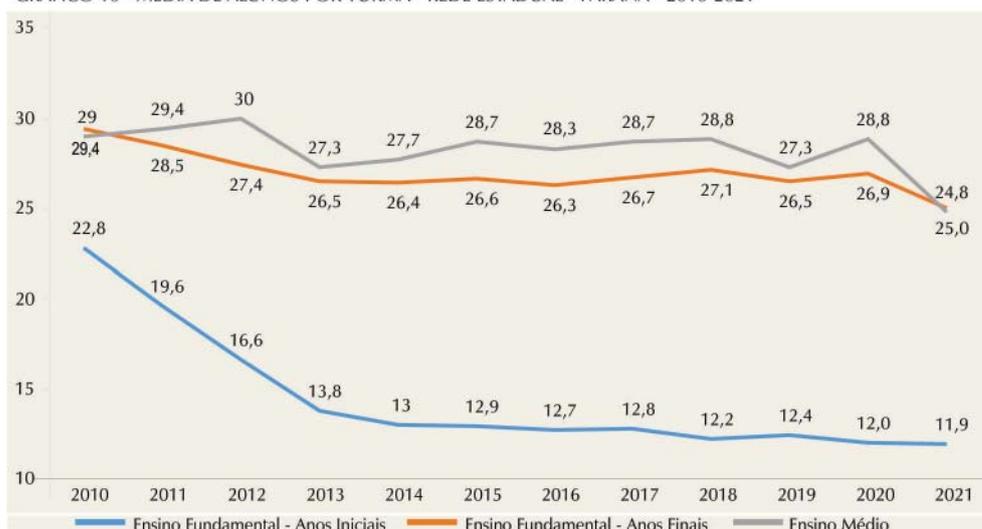


FONTE: INEP/Indicadores Educacionais

Em relação à média de alunos por turma, observa-se que, no começo da década passada, houve um forte declínio no número de estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental, seguido por uma leve tendência de queda no quantitativo

médio de alunos por sala de aula⁶, como apresenta o gráfico 10. Nos anos finais do ensino fundamental também ocorreu primeiramente uma redução no tamanho das turmas, embora em menor intensidade, seguida por uma estabilização, quebrada no último ano observado. Por sua vez, no ensino médio as turmas tendem a ser em média um pouco maiores que as da etapa anterior de ensino, apresentando ainda uma considerável estabilidade em termos de tamanho, registrando também decréscimo acentuado no ano de 2021. Assim, cabe considerar que o volume de matrículas no ensino fundamental era de 546.804 estudantes em 2020, tendo ido para 503.014 em 2021, e no ensino médio foram 313.845 em 2021 contra 357.531 em 2020, representando quedas de 8% e 12%, respectivamente. Fato este que, com o advento da pandemia de Covid-19, pode ter contribuído para a diminuição do tamanho das turmas.⁷ Especificamente com relação ao ensino médio e à influência do tamanho da turma no rendimento, no ano de 2021 tem-se que 15,7% das escolas estaduais desta etapa de ensino possuíam número de matrículas por turma acima de um desvio-padrão da média estadual.

GRÁFICO 10 - MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA - REDE ESTADUAL - PARANÁ - 2010-2021



FONTE: INEP/Indicadores Educacionais

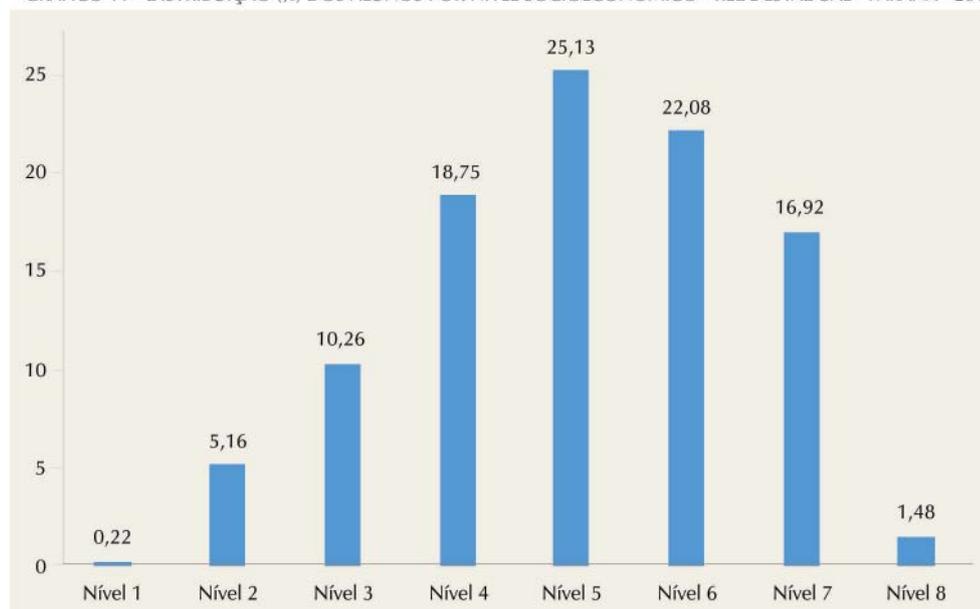
Por fim, como ponto relevante no ensino médio tem-se a variável extracurricular e exógena de Nível Socioeconômico, indicador demonstrativo de que a educação, no desafio para o aumento da qualidade, enfrenta os obstáculos de equidade educacional.

⁶ Ressalte-se que, no Paraná, as redes municipais são as principais responsáveis pela oferta de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental; 3.045 escolas em 2021, contra 51 estaduais. Assim, ao se considerar toda a rede pública o tamanho médio das turmas é maior (22,2 alunos em média, em 2021).

⁷ As taxas de rendimento (evasão) e as de transição (abandono) para o ano de 2021 não estavam disponíveis até o momento da construção deste texto.

Os dados para classificação do Nível Socioeconômico dos alunos são obtidos por meio de questionários, aplicados conjuntamente com as provas do SAEB, que procuram aferir a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços presentes na residência dos estudantes.

GRAFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS ALUNOS POR NÍVEL SOCIOECONOMICO - REDE ESTADUAL - PARANA - 2019



FONTE: INEP/Indicadores Educacionais

Com isso, mensurou-se (gráfico 11) que na rede estadual paranaense são minoria os estudantes categorizados nos extremos da escala socioeconômica: apenas 0,22% no nível 1 e 1,48% no nível 8. O nível 1 corresponde ao menor da escala e é caracterizado pela ausência da maioria dos bens e serviços listados, tais como computador, *wi-fi*, mesa para estudar, *freezer*, micro-ondas, aspirador de pó, máquina de lavar roupa etc. Além disso, os pais ou responsáveis, em sua maioria, não concluíram o ensino fundamental. Já o nível 8 é o maior da escala e, nele, os pais ou responsáveis têm ensino superior completo e a residência possui duas ou mais unidades dos seguintes bens: computador, televisão, geladeira, banheiro e carro.

Proporcionalmente, a maior parcela dos estudantes encontra-se no nível 5 da escala. Considerando-se os dois níveis intermediários da escala, isto é, os níveis 4 e 5, somam-se 43,88% dos estudantes. No nível 4, parcela dos pais ou responsáveis já possui o ensino médio concluído, mas a residência ainda não dispõe de todos os bens e serviços. No nível 5, parte dos pais ou responsáveis têm ensino superior completo, e a residência, além de possuir os bens e serviços, dispõe de dois banheiros.

Nesse panorama, destacam-se como objeto primordial de atenção os níveis 1, 2 e 3, mas também carecendo de alguma deferência o nível 4. A agenda de melhoria da qualidade da educação envolve toda a rede pública, com ações de apoio pedagógico

e melhoria da formação e das carreiras docentes. Esses dados, contudo, demonstram a necessidade de identificação das escolas que concentram essa população mais vulnerável, de modo a intensificar ações que promovam maior equidade educacional.

Assim, na perspectiva da política educacional, por um lado, no campo do rendimento escolar são necessárias ações de atenção especializada aos alunos oriundos dos menores níveis socioeconômicos, visando oferecer suporte aos déficits e limitações que derivam das condições sociais da família; por outro lado, no âmbito da escolaridade média da população, pode-se incentivar a atração dos pais ou responsáveis que têm educação básica incompleta para que voltem ao sistema escolar, e, ainda, promover incentivos para o seu ingresso nos ensinos técnico-profissionalizante e superior.

Pela ótica dos bens e serviços, pode-se pensar em programas de incremento da renda familiar e da ocupação dos pais ou responsáveis, campo este em que seria oportuno dialogar ou atuar de modo transversal com a política setorial do trabalho – visando proporcionar qualificação profissional ou técnica, além de mecanismos de inserção no mercado de trabalho – bem como com a política pública de assistência social, em particular, mediante projetos para benefícios adicionais de transferência de renda vinculados a estímulos para a formação educacional dos indivíduos, mas também com o apoio e acompanhamento de segmentos populacionais considerados em situação de risco e vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em publicação anterior, IPARDES (2020), já se demonstrou a tendência decrescente de estudantes matriculados na rede de ensino do Paraná. Esta menor pressão no sistema educacional em termos quantitativos abre janelas de oportunidades para o planejamento e investimento no espectro qualitativo da aprendizagem formal.

A melhoria do quadro da escolaridade da população paranaense exige intervenções e mecanismos que possam garantir a permanência dos estudantes dentro do sistema da educação básica, além de atrair os estudantes evadidos para concluírem as etapas, e, conseqüentemente, incentivar a continuidade para o nível superior de ensino.

No presente estudo, buscou-se destacar que o rendimento da aprendizagem escolar tem potencial de avançar por meio de contribuições oficiais direcionadas à formação de nível superior específica dos docentes; por meio da correção do fluxo em estudantes que se encontram em defasagem idade-série, de modo a adequar sua progressão; pela atenção ao adensamento excessivo de estudantes em uma mesma turma; e, mediante a promoção efetiva da inclusão social e produtiva de segmentos da população, com apoio aos alunos oriundos destes.

Assim, as estratégias, quando identificada a necessidade, passam menos pela ampliação da oferta de vagas no ensino regular e mais por projetos de acompanhamento pedagógico de estudantes com atraso escolar; por ações de busca ativa e sensibilização

de crianças e adolescentes fora da escola; por estímulos – inclusive financeiros – à educação de jovens e adultos com ensino incompleto; bem como por alavancar e atrair para o ensino na modalidade técnica e profissionalizante.

Acredita-se que a articulação da área educacional com outras políticas públicas deve focalizar suas ações de implementação e execução orientada por indicadores que expressem a tendência e o ritmo da escolaridade, de modo a preparar o desenvolvimento educacional da população paranaense para as questões e mudanças que sempre são impostas pelo futuro.

Sem pretensão de esgotar as possibilidades de abordagem, este estudo pretendeu fornecer indicações para subsidiar o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, focadas no aumento da escolaridade, com vistas a contribuir com o progresso social e econômico do Paraná.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de *et al.* **Consequências da violação do direito à educação**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: linha de base. Brasília: INEP, 2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em Perspectiva**. Curitiba: IPARDES, 2020.

IPARDES. **Determinantes do aumento da escolaridade e seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2022.